

PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE: UM OLHAR SOBRE PORTUGAL

Maria Amelia Jundurian Corá¹

Luanda Villas Boas Vannuchi²

Resumo: O debate sobre a patrimonialização aparece como forma de preservação do passado e fortalecimento de relações de identidades culturais, sociais e espaciais. Assim, a partir do reconhecimento desses patrimônios, os grupos passam a incorporá-los no seu cotidiano e, conseqüentemente, na sua cultura, por meio das representações e dos rituais que marcam suas identidades. Partindo desse contexto esse estudo procura compreender de que forma os monumentos portugueses que se tornaram Patrimônio da Humanidade sofreram mudanças na gestão do patrimônio, bem como quais foram seus impactos. Para isso, esse trabalho é composto por pesquisa bibliográfica, pesquisa das políticas de fomento ao patrimônio, mapeamento dos Patrimônios da Humanidade de Portugal e entrevista com cinco gestores de Patrimônios portugueses.

Palavras-chave: Patrimônio da Humanidade, patrimônio, memória e tradição

Introdução

O passado se torna presente quando retomamos a ele para buscar respostas e identidades. Assim, há momentos em que despertamos para questões que até então passavam despercebidas por nós e, neste instante, há a necessidade de estudá-las a fim de compreender seus impactos e, principalmente, permitir alternativas de olhares e interpretações acerca delas.

Partindo desse contexto, esse trabalho marca as transformações sociais no *tempo* e no *espaço* da dinâmica do mundo contemporâneo. Tais transformações fazem com que as pessoas comecem a perder referências de pertencimento e, com isso, busquem formas de voltar a se vincular a um tempo e espaço que reforce suas identidades sociais, culturais, políticas e – por que não dizer? – econômicas.

O debate sobre a patrimonialização aparece como forma de preservação do passado e fortalecimento de relações de identidades culturais, sociais e espaciais. Para

¹ Doutoranda em Ciências Sociais e professora da PUC SP – mcora@pucsp.br

² Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo – luandavb@gmail.com



isso, este estudo busca analisar a formalização das políticas de patrimônio, o papel da Unesco, e, por fim, os significados dos patrimônios da humanidade no caso de Portugal. Quando se pensa na gestão do passado, tem-se claramente a necessidade de se pensar a gestão dos patrimônios, monumentos históricos, objetos antigos e espaços de referência da história, elementos que são parte da constituição da identidade nacional.

Para Camargo (2002, p.30), o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva. E é essa memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento.

Neste sentido, mais do que nunca, compreende-se como o processo de patrimonialização está relacionado com a construção da memória e da identidade dos indivíduos. O patrimônio passa a ser reconhecido como o conjunto de narrativas, de comportamentos, de bens, de objetos ou de testemunhos que, enquanto assumem a representação de valores históricos, artísticos, técnicos e científicos, individualizam os grupos que, culturalmente, se tornam caracterizáveis por via dessa prática e desse conhecimento (JORGE, 2003). A partir do reconhecimento desses patrimônios, os grupos passam a incorporá-los no seu cotidiano e, conseqüentemente, na sua cultura, por meio das representações e dos rituais que marcam suas identidades.

Fortuna (1995, p.19) considera que as ruínas e os demais patrimônios históricos são espaços ritualísticos que suportam a transformação da identidade dos sujeitos, “assim acontece com os visitantes das ruínas de nossas cidades históricas, ou seja com aqueles que *‘saem de casa para entrar na história’* e que, ao fazê-lo, suspendem e se libertam deliberadamente do seu presente, transformando-se”.

Essa necessidade de se aproximar do passado e fazer dele uma referência do presente fez com que aumentasse cada vez mais a preocupação acerca dos patrimônios, ampliando assim suas formas de intervenções sociais.

A denominação Patrimônio da Humanidade é reconhecida pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como um sítio de notória importância para a humanidade, sendo necessária sua preservação contínua para não haver perdas para humanidade.

Em Portugal, até o presente momento, existem 13 sítios ou conjuntos de sítios considerados **Patrimônio da Humanidade**, o que o define como um dos países com maior número de monumentos classificados no mundo. Por essa razão merece atenção

especial, que este estudo propõe conferir-lhe através da análise de como se deu o processo de valorização dos Patrimônios da Humanidade tombados pela Unesco neste país.

Durante o primeiro semestre de 2009, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestores dos seguintes patrimônios: Coordenador do Mosteiro de Batalha, Coordenadora do Mosteiro de Alcobaça, Diretora do Depto. Centro Histórico da Câmara Municipal de Évora, Vereadora da Educação e Cultura do Centro Histórico de Guimarães e Presidente da Câmara Municipal de Lamego na Região Vinhateira do Alto Douro.

Essas entrevistas tinham como pressuposto auxiliar na compreensão da forma como ocorre a dinâmica de gestão do patrimônio e dos impactos ocorridos nas localidades após tornarem-se Patrimônios da Humanidade, tendo-se pretendido responder as seguintes questões: Como se deu o processo de tornar-se Patrimônio da Humanidade? Qual o impacto na gestão do patrimônio com a certificação da Unesco? Quais os benefícios para a comunidade em tornar-se Patrimônio da Humanidade? Existe uma campanha de promoção do Patrimônio? Como funciona sua gestão financeira? Há iniciativas focadas na educação e cultura? Qual a importância do patrimônio para a formação da identidade nacional?

A partir dessas questões procurou-se compreender de que forma tornar-se Patrimônio da Humanidade provocou mudanças na dinâmica de gestão do patrimônio, bem como seus impactos. Esse trabalho se constituiu por pesquisa bibliográfica, pesquisa documental das políticas de fomento ao patrimônio, mapeamento e visita aos Patrimônios da Humanidade existentes em Portugal.

Memória e Tradição

No cenário mais favorável, as culturas de memória estão ligadas a processos de democratização e luta por direitos humanos e pela expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Desacelerar em vez de acelerar, expandir a natureza do debate público, alimentar e expandir o espaço habitável em vez de destruí-lo em função de alguma promessa futura, garantindo o “tempo de qualidade” – estas parecem ser necessidades culturais ainda não alcançadas num mundo globalizado, e as memórias locais estão intimamente ligadas às suas articulações (HUYSSSEN, 2000, p. 34).

Assim, constrói-se o debate sobre a patrimonialização como forma de preservação do passado e fortalecimento de relações de identidades culturais, sociais e

espaciais. A memória tem um papel importante para a formação das relações sociais, já que se torna uma imagem partilhada do passado, promovendo um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo a ele uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que cristaliza os valores e aceções predominantes do grupo no qual as memórias se referem (HALBWACHS, 1990).

Nesse sentido, Magalhães (1997) considera que a memória nacional não precisa ser procurada, e o que deve ser feito é a sua dinamização por meio da disponibilização das informações guardadas, para que participem da vida nacional. Assim, a memória compreende guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver.

Pensando na complexidade da relação entre memória, identidade e tradição, Carvalho (2004) considera que é por meio de uma estrutura que engloba o conjunto de memórias populares em um tratamento inovador e irreverente, recriado das convenções herdadas, que a identidade à memória coletiva é firmada, ao mesmo tempo em que há a preocupação de relaná-la num futuro social promissor.

Esta fidelidade à tradição regional e à memória coletiva de uma região não implica a estagnação do ato criativo, fazendo dele uma mera forma de reprodução do passado, pelo contrario, possibilita a própria reinvenção desse passado coletivo, dando-lhe uma nova significação, que frente a uma sociedade que tende para a hegemonização cultural globalizada, realça o caráter identitários desse conjunto de memórias coletivas como prática cultural alternativa (CARVALHO, 2004, p.54).

A tradição, bem como a memória e a identidade, não pode ser pensada como algo estático, mas nas praticas culturais e, conseqüentemente, nas transformações que acabam por ser influenciadas por elas.

A crescente valorização do passado levou ao aparecimento de uma “indústria da nostalgia”, que se baseia na patrimonialização extensiva dos mais variados referentes culturais, num crescimento exponencial de coleções e dos museus públicos e privados, e da sua inclusão no mercado turístico, em processo que ficou conhecido como o *boom* do patrimônio.

A valorização das tradições pode ser entendida como uma forma de reação e de resistência à globalização. Segundo Fortuna (2000), o desenraizamento cultural e temporal e a desterritorialização da cultura produzem sujeitos *descentrados*, que procuram mecanismos e instrumentos de identificação e vinculação locais, ou seja, buscam suas “raízes”. A necessidade das identidades no espaço e no tempo contribui para a regeneração das identidades locais, o que significa uma disputa incessante entre o localismo e o globalismo, sendo que essa dialética local e global se cruzam e

transpassam constantemente na construção dos patrimônios e seus significados culturais.

Leite (2007, p.37) afirma que as tradições são constantemente reelaboradas e apropriadas por diferentes atores sociais, atualizando os nexos entre *identidade* e *lugar*, em meio a processos contraditórios de desterritorialização da cultura em contextos mundializados da vida. Assim, o debate acerca dos patrimônios representa muito mais do que uma avaliação sobre monumentos e museus, mas a construção de significados e identidades do passado que permitem a construção da cultura no presente.

Debates sobre Patrimônio

As políticas de patrimônio selecionam e destacam certos bens culturais que seriam representativos de uma tradição nacional, capazes de manter os vínculos comunitários da vida em sociedade. Para Peralta (2008), muito do que antes era designado “história” ou “tradição” é hoje conhecido como patrimônio. Alimentando-se do passado, o patrimônio não é o vestígio tangível do processo histórico, mas uma interpretação e representação pública do passado, uma recriação da história, que emana visões essencialistas do passado e neutraliza as contingências históricas, disseminando e reproduzindo considerações sobre o que é essencial ou marginal para a identidade e mediando a relação que os indivíduos têm com o passado.

Esta funcionalidade é representada pelo fato de que o patrimônio muitas vezes é eleito e constituído por um grupo, sendo que se torna um atrativo para o próprio grupo, que pode decodificá-lo e usufruir dele em viagens e compras de souvenirs, enquanto que para muitos é somente um monumento distante que nem se quer passa-se a porta.

O patrimônio passa a ser constituído cultural e simbolicamente enquanto vai construindo significados que podem ir desde a dimensão local até a nacional. Ele passa a ser uma forma de identificação de um espaço, de um tempo e de um grupo que o utiliza para se referenciar a uma estrutura social.

Nesse sentido, as dimensões do patrimônio vão se concretizando conforme o tempo e espaço social, para exemplificar essas dimensões. Leite (2007, p. 40) considera que ao mesmo tempo em que não se pode descartar a possibilidade de que o patrimônio *nacional* tenha perdido sua capacidade de gerar esses vínculos comunitários, em razão da continua diferenciação social e do crescente fluxo transnacional das culturas, não se descarta a eficácia simbólica que os significados sociais do patrimônio cultural continuam a ter na construção social dos lugares.

Dessa forma, as políticas de patrimônio representam uma referência identitária e uma afirmação das tradições do local, cujos projetos de preservação reinventam centralidades tradicionais da nação, da região, da cidade. Porém deve-se atentar também ao fato de que o patrimônio deve permanecer no cotidiano das pessoas e não afastado delas.

No caso da representação do passado do ponto de vista do consumo cultural, a mercantilização do passado tem relação direta com o patrimônio e o turismo: o patrimônio converte os locais em destinos e o turismo viabiliza-os.

Assim, para Peralta (2008), as práticas turísticas relacionam-se com a manutenção do mito da relíquia e da peregrinação e com o florescimento de um sentimento de nostalgia em relação ao passado. É por isso que a credibilidade e a visibilidade dos destinos turísticos dependem diretamente da percepção da sua autenticidade. O turista que busca destinos culturais fá-lo pelo caráter simbólico dos seus objetos, por uma questão de fé, no sentido de sacralização dos elementos culturais que sobreviveram ao tempo, acompanhando-o o desejo de participar de um passado.

O aumento do mercado consumidor provoca uma reação e uma aproximação do Estado na perspectiva do patrimônio e uma “invenção da cultura” que atua segundo uma lógica própria e que provoca diversos efeitos nos atores envolvidos.

Levada aos extremos, a massificação cultural torna-se exatamente o inverso da *mise-en-scène* em um monumento, que ela transforma em teatro ou em cena. O edifício entra em concorrência com espetáculo ou com “evento” que lhe é imposto, em sua autonomia. Associam-se exposições, concertos, óperas, representações dramáticas, desfiles de moda ao patrimônio histórico, que o valoriza; este, por sua vez, pode, em decorrência dessa estranha relação antagônica, ser engrandecido, depreciado ou reduzido a nada.

Com isso, devido às implicações econômicas da mercantilização do passado, as economias em decadência tendem a cenografar o seu próprio meio para a indústria turística. Sob o epíteto de desenvolvimento local, sustentável ou endógeno, os interesses imobiliários, turísticos e políticos acenam a bandeira dos benefícios gerados pela captação de fluxos turísticos trazidos pelos bens patrimoniais, na medida em que estes fornecem os elementos necessários para o desenvolvimento de uma indústria turística “diferenciada” (PERALTA, 2008, p.100).

Muitas vezes se observa um elevado investimento em espaços com a construção de memoriais ou centros culturais de referência; contudo há pouca atuação junto à

comunidade. Isso se dá porque o mercado é instável, ele pode abrir as portas para um grupo e fechar para outros não permitindo a presença de todos e quaisquer atores locais.

Papel da Unesco

Não se pode discutir o patrimônio sem considerar o papel da Unesco e sua influencia na valorização das políticas de patrimônio. A Convenção constitutiva da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi aprovada em 16 de novembro 1945, em Londres, tendo entrado em vigor em 4 de novembro de 1946. De acordo com este Ato Constitutivo, a Unesco prevê a ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e proteção do patrimônio universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito.

Para Peixoto (2000), graças às convenções que dão corpo ao regime do patrimônio comum da humanidade e à Unesco, responsável pelo regime formal protetor do patrimônio da humanidade, que funciona como acervo de uma herança comum e indivisível, que sendo insubstituível é também, indissociável, quer da história da humanidade, quer do seu futuro.

Dessa forma, por meio da Unesco e dos documentos resultantes de suas convenções deu-se a construção de instrumentos normativos que têm influenciado a legislação e as políticas públicas de cultura. A Unesco realizou desde sua fundação uma série de convenções relacionadas a cultura e patrimônio.

Na Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, assinado em Haia (primeiro documento universal sobre preservação do patrimônio cultural mundial) em 14 de maio de 1954, reconheceu-se que “os danos causados aos bens culturais, pertencentes a qualquer governo, constituem atentados ao patrimônio cultural de toda humanidade, dado que cada povo traz uma contribuição para a cultura mundial”. Desta forma, “a conservação do patrimônio cultural apresenta uma grande importância para todos os povos do mundo e que convém que esse patrimônio tenha uma proteção internacional”.

Esta convenção preconiza o recenseamento de bens patrimoniais de valor inquestionável e obriga os Estados signatários e respeitarem a sua preservação. Tratava-se, claramente, do reflexo de um dos maiores pesadelos das Guerras. A Convenção interdita os Estados a expor os bens patrimoniais aos efeitos destrutivos das guerras, ao

mesmo tempo em que procurava prevenir o roubo e a exportação de bens culturais como despojos de guerra (PEIXOTO, 2000, p.6).

Assim, a Convenção de Haia apresenta uma noção de bem cultural e sua categorização de bens culturais protegidos:

◆ “bens moveis ou imóveis que apresentam uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos, seculares, os campos arqueológicos, os grupos de construções que no seu conjunto apresentam um grande interesse histórico ou artístico, as obras de artes, manuscritos, livros”.

◆ “edifícios cujo destino principal e efetivo é a conservação dos bens culturais moveis tais como museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos”.

◆ “centros que reúnem um número considerável de bens culturais definidos nas alíneas a) e b) que se denominam centros monumentais”.

Mas seria a Convenção referente à proteção do patrimônio mundial cultural e natural adotada pela Conferência Geral da Unesco em 1972, que se constituiria como instrumento mais importante da conceituação e criação de um *patrimônio mundial*, adotando a premissa de que certos sítios têm valor universal e, desta forma, são parte do patrimônio comum da humanidade. Respeitando a soberania nacional, e sem prejuízo dos direitos de propriedade previstos pela legislação nacional, os Estados reconheceram que proteger o patrimônio da humanidade é dever da comunidade internacional como um todo. Entende-se como patrimônio cultural e natural da humanidade aqueles que “se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elemento do patrimônio da humanidade no seu todo”.

A Convenção descreve, no seu art. 1º. Os elementos que devem ser considerados “patrimônio cultural”, divididos em três grupos:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Neste sentido, a Unesco propicia assistência técnica para salvaguardar locais excepcionais, monumentos e os locais naturais que reflitam uma dimensão da nossa herança comum bem como festivais, canções, línguas e locais de encontros que propiciam a criatividade, a solidariedade e a prática cultural.

Choay (2006, p.207) considera que a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão das práticas patrimoniais, simbolizada nessa Convenção pela universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores para os países dispostos a reconhecer sua validade. A Convenção criava então um conjunto de obrigações relativas à “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações”, mas estabelecia, sobretudo, uma forma de pertencimento comum, – “cabe a toda coletividade internacional colaborar com a proteção do patrimônio” – pela qual a comunidade encarrega-se de socorrer os desprovidos. A noção mais restritiva de patrimônio universal excepcional permite estabelecer, por uma combinação de critérios complexos, uma lista comum de bens considerados patrimônio cultural.

Nesta Convenção, ainda ficou definido o papel do Estado a fim de assegurar a proteção, conservação e valorização do patrimônio. Assim, de acordo com o Artigo 5º, o Estado deve:

a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido patrimônio nos programas de planificação geral;

b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;

c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu patrimônio cultural e natural;

d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido patrimônio; e

e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio.

Para Peixoto (2000, p.6), é por meio dessa Convenção que os Estados signatários se comprometem com a proteção, no interior e no exterior das suas fronteiras, dos monumentos e sítios que possam ser vistos pela comunidade humana como testemunhos únicos da diversidade das criações da humanidade e como repositórios de um patrimônio comum. Os objetivos deste documento foram consolidar o conceito de patrimônio da humanidade, procurando defini-lo e preconizando o desenvolvimento de mecanismos que promova a sua salvaguarda.

Daí a importância do papel da Unesco na definição das políticas do patrimônio na maior parte dos Estados que participam das Nações Unidas. Assim, a Unesco passa a legitimar o discurso acerca do patrimônio, além de ditar a tendência da ampliação da atuação dos Estados junto ao que se entende por patrimônio, e dessa forma, há hoje uma preocupação acerca da cultura imaterial e diversidade cultural.

Em 2003 ocorreu a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, tornando-se o primeiro instrumento internacional a proporcionar um contexto legal, administrativo e financeiro para a proteção deste tipo de patrimônio.

Já ao adotar a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e o seu Plano de Ação, em 2001, os Estados-Membros da Unesco reafirmaram sua convicção de que a diversidade cultural é uma das raízes do desenvolvimento e do diálogo. Em 2005, avançou-se essa questão com a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Diante disto, Santos (2001) questiona-se sobre o fenômeno de alargamento do conceito de cultura, que se verificará a identificação de determinados bens que reconduzem à introdução de elementos estéticos entre os parâmetros de identificação e de realização dos interesses comuns da humanidade. Este significado de atribuição de novos valores na preservação dos sinais representativos de um passado, não só deve ser transmitido às gerações futuras, como também partilhando equitativamente entre as gerações atuais.

Patrimônios da Humanidade de Portugal

Portugal, sendo um dos Estados mais antigos da Europa, no decorrer de sua história, é marcado pela construção de grandes monumentos, em especial ligados às ordens religiosas, como no caso dos mosteiros, igrejas e conventos, e à formação e consolidação do Estado, com a presença de castelos, cidades muradas, fortes, entre

outros. Além dos monumentos históricos, ainda podemos destacar o patrimônio cultural e ambiental como no caso do Alto Douro e da Ilha da Madeira e dos Açores.

Diante desse passado e das peculiaridades culturais e ambientais, Portugal, possui hoje 13 Patrimônios da Humanidade. Sendo eles: Centro Histórico de Angra do Heroísmo (1983) localizado na Angra do Heroísmo em Açores, Mosteiro dos Jeronimos e Torre de Belém (1983) em Lisboa, Mosteiro da Batalha (1983) em Batalha, Convento de Cristo (1983) em Tomar, Centro Histórico de Évora (1986), Mosteiro de Alcobaça (1989) em Alcobaça, Paisagem Cultural de Sintra (1995), Centro Histórico do Porto (1996), Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa (1998), Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira (1999), Centro Histórico de Guimarães (2001), Região Vinhateira do Alto Douro (2004), Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (2004) em Pico, Açores. O mapa a seguir mostra as localizações dos patrimônios:

Mapa com a localização dos Patrimônios da Humanidade existentes em Portugal



Fonte: www.unesco.pt (2010)

Verifica-se que há uma predominância de Patrimônios na região norte (quatro registros) e central (cinco registros) de Portugal, havendo ainda três deles localizados nas Ilhas dos Açores e da Madeira. Em relação ao período do tombamento, quatro Patrimônios foram tombados em 1983, quando se iniciaram os tombamentos no país, sendo que o último registro aconteceu em 2004. Está em andamento atualmente um processo de tombamento da Universidade de Coimbra.

Considerando as entrevistas realizadas com os gestores de alguns dos Patrimônios visitados, pode-se verificar que seus responsáveis possuem visões muito próximas do papel do Patrimônio, havendo um entendimento comum de que este deve

ser pensado de forma integrada com a cultura e a educação. Essa ação conjunta se traduz na busca de captação de novos públicos (crianças) e de públicos que já estão sensibilizados, porém não visitam os patrimônios com frequência.

A respeito do processo para torna-se Patrimônio da Humanidade, os gestores – com exceção daqueles da região do Douro onde a ausência de documentação fez necessária a realização de um levantamento detalhado – afirmaram que a conversão em Patrimônio da Humanidade foi um processo burocrático, porém não muito complexo, uma vez que os sítios já eram considerados patrimônios nacionais e, com isso, já possuíam conhecimento sistematizado da sua importância histórica e seu valor artístico.

De forma geral, o Ministério da Cultura, por meio do Igespar (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) e com apoio das autarquias, conduziu os processos de patrimonialização junto a Unesco. Para tanto foram produzidos dossiês apresentando os monumentos, sua importância histórica e artística e uma série de condições referente à sua preservação e manutenção.

Em relação às mudanças de gestão dos patrimônios, os responsáveis afirmaram que houve uma profissionalização, uma vez que há maior necessidade de controle para que sejam enviados relatórios de manutenção, além do fato de que, ao se tornar Patrimônio, há uma maior visibilidade do monumento e um aumento do número de visitantes, tornando um desafio atender um público mais numeroso e que busca aprender com as idas aos monumentos.

Com a certificação do Patrimônio da Humanidade há também uma preocupação maior com a manutenção, preservação e restauros dos monumentos, que devem sempre ter autorização prévia do Igespar para qualquer intervenção.

Verificou-se a existência de um conflito presente nos monumentos em que mais de uma Instituição ocupa o espaço, como no caso da Igreja, Estado e Exército. Nessas situações são necessários cuidados especiais e uma articulação constante para a melhor utilização do espaço.

O principal benefício para a comunidade, segundo os responsáveis pelos monumentos, é que ao tornar-se Patrimônio da Humanidade há um maior número de visitantes e, com isso, aumenta a dinâmica de serviços da comunidade, com lojas e restaurantes que geram empregos para os moradores locais.

Quando questionada qual a forma de promoção dos Patrimônios portugueses, apontou-se o Igespar como responsável pela sua divulgação. Para isso tem-se feito uma divulgação conjunta de patrimônios como Batalha, Tomar e Alcobaça, facilitando a

vinda de visitantes. Outra alternativa de promoção dos monumentos é o desenvolvimento de atividades culturais como concertos, exposições temporárias e apresentações teatrais para atrair novos públicos.

A valorização do Patrimônio está sendo também fortalecida por programas desenvolvidos tanto nas escolas quanto no Ministério da Cultura, como por exemplo a eleição das referências nacionais, que estimula visitas aos monumentos.

Em relação à gestão financeira do Patrimônio, eles não possuem autonomia financeira. O Igespar tutela os monumentos, sendo responsável pelo orçamento a ser utilizado por eles. Assim, quando há entrada de receitas próprias por meio de bilheteria, loja e locação de espaço, os recursos são enviados para o Ministério, que os por meio de um orçamento anual para a manutenção, a preservação e a folha pagamento de pessoal. Neste quesito, as entrevistas mostraram que há insatisfação quanto ao repasse dos recursos das receitas da bilheteria e da loja para o Ministério (Igespar), sugerindo que esses recursos fossem uma “recompensa” para o Patrimônio.

Outra questão apontada pelos responsáveis pelos monumentos é o baixo número de profissionais que trabalham nos Patrimônios, inviabilizando que atividades extras sejam desenvolvidas.

A questão da identidade nacional relacionada ao patrimônio está intimamente ligada à carga ideológica da nação portuguesa, isso porque esses monumentos valorizam a grandiosidade da história de Portugal, a nacionalidade e a identidade portuguesa.

Das entrevistas realizadas, apenas a que se refere à região do Alto Douro teve interpretações diferentes sobre as mudanças ocorridas com a seleção da região como patrimônio da humanidade. A primeira diferença dá-se pelo fato que o patrimônio é uma região formada por vários municípios, o que faz com que haja a atuação de um plano intermunicipal. Além disso, o patrimônio é uma junção das características ambientais e do modo de vida da população e sua interação com o território.

Para elaboração do dossiê de pedido de patrimonialização para a Unesco, foi constituída uma Liga dos Amigos do Alto Douro Vinheteiro para dar apoio ao processo de classificação do Douro. Porém, após o tombamento, não houve uma atuação efetiva para se tirar o proveito da visibilidade para o desenvolvimento e promoção da região e do vinho. O imaginário no qual somente a classificação fosse suficiente para promoção local não foi suficiente, sendo necessário também que houvesse, após o tombamento, uma atitude proativa da comunidade para provocar mudanças locais.

Considerações finais

Os patrimônios têm, cada vez mais, seu espaço valorizado na história e na formação da identidade nacional. Este estudo preocupou-se em analisar o processo e os impactos dos Patrimônios da Humanidade em Portugal, diante da necessidade de se compreender de que forma isso é contextualizado na dinâmica da gestão dos monumentos.

A tradição e memória tornam-se fundamentais para firmar as relações identidades culturais diante das transformações das relações no tempo e espaço da vida contemporânea. Neste sentido, a cultura dos patrimônios se fortalece e dessa forma os países e as pessoas passam a “consumir” e valorizar os patrimônios.

Surge então, a chamada indústria do patrimônio, onde cada vez mais os monumentos são consumidos como parte da atividade turística e cultural das cidades, sempre havendo lojas de lembranças e suvenires dos museus.

Para Choay (2006) a preocupação da chamada indústria do patrimônio foi lançada inicialmente na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo, representando de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda de nações, inclusive de Portugal. O empreendimento traz, no entanto, efeitos secundários, que podem ser perversos. A “embalagem” que se dá ao patrimônio, tendo em vista seu consumo cultural, passa ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tendendo a excluir as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas.

No caso português, alguns pontos importantes são percebidos nas análises das entrevistas apresentadas e que devem ser considerados. A questão da identidade nacional chama atenção, pelo fato de todos os entrevistados afirmarem que os Patrimônios da Humanidade representam a legitimidade da identidade portuguesa e de sua importância histórica para formação do Estado e da cultura nacional. Isso corrobora com as referências teóricas onde a memória e a tradição consolidam a formação da identidade nacional.

Na questão da gestão do Patrimônio, percebe-se a forte participação do Estado no gerenciamento do monumento, dificultando o desenvolvimento de iniciativas, e isso sendo justificado pela falta de recursos e pelos trâmites legais. Já as atividades culturais e educativas são apontadas como muito relevantes para a aproximação e fidelização do público, uma vez que ao tornar-se Patrimônio da Humanidade, a maior contribuição para o monumento é a divulgação do mesmo, inclusive em âmbito internacional.

Assim, esse artigo buscou contribuir para um debate sobre o processo de patrimonialização, em especial, daqueles relacionados aos tombamentos de Patrimônios da Humanidade em Portugal, diante da importância que os mesmos possuem na dinâmica do turismo local e do fortalecimento da identidade cultural portuguesa.

Referências Bibliográficas

- CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.
- CARVALHO, Claudia Monteiro Pato, Dinâmicas Culturais e Cidadania: as Culturas Locais na pós-modernidade: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004.
- CHOAY, Françoise, Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- FORTUNA, C. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. Coimbra: Oficina CES no. 61, setembro, 1995.
- FORTUNA, Carlos "La sociedad, el consumo y la crisis de los museos", Revista de Museología, Monográfico Museos y Museología en Portugal. Una Ruta Ibérica para el Futuro, Febrero, 2000.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo, SP: Vértice, 1990.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória Arquitetura, Monumento e Mídia. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2000.
- JORGE, J. D. C. A matéria do patrimônio. In: RAMOS, M. J. (org) A Matéria do Patrimônio: Memórias e identidades, Lisboa: Antropologia Avulsa, n. 2, 2003.
- LEITE, R. P. Contra-usos da cidade. Lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. Capinas: Editora Unicamp, 2007.
- MAGALHÃES, A. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- PEIXOTO, Paulo. O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. Coimbra: CES-FEUC: Oficina CES no. 155, 2000.
- PERALTA, Elsa. A Memória do Mar Patrimônio, Tradição e (Re) imaginação Identitária na Contemporaneidade. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 2008.
- SANTOS, Victor Marques dos. A Humanidade e o seu Patrimônio. Reflexões Contextuais sobre Conceptualidade Evolutiva e Dinâmica Operatória em Teorias das Relações Internacionais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.
- www.unesco.pt a acesso em 02/03/2010 às 15:30h